

SENADOR **ZEQUINHA** MARINHO

Revista anual | Fevereiro de 2020

Em defesa dos municípios paraenses

Com perfil municipalista, Zequinha tem lutado pelas cidades do Pará

LEI KANDIR

Senado retoma discussão da PEC que corrige distorções da lei

Mais R\$ 7 bilhões em investimentos

Relator da receita da LOA 2020, senador Zequinha garante recursos para obras e programas federais





EDITORIAL

Neste primeiro ano de mandato no Senado Federal, avaliamos nossa atuação como muito positiva. Produzimos, atendemos, visitamos e conectamos o mandato, especialmente com a população paraense.

Fizemos uma adequação da equipe para atender a imensa quantidade de demandas que temos recebido, não só de nosso estado, como de todo o Brasil. As próprias reformas que o Congresso Nacional enfrentou neste ano de 2019 – das quais, na maioria delas, o Senado foi grande protagonista – demandaram de nós uma atenção especial no sentido de escutar e atender os anseios de nossos eleitores.

Como senador, busquei atuar em dois pontos principais. Primeiramente no enfrentamento de grandes gargalos do estado do Pará - as questões-macro - que buscamos trabalhar de forma bastante atenciosa. Temas como a Lei Kandir, a necessidade de regularização fundiária, questões relacionadas à Legislação ambiental, à mineração, são assuntos

de extrema relevância para o nosso estado, que queremos tratar com a mesma atenção e eficiência que lidamos com as questões pontuais - de “varejo” por assim dizer - não menos importantes e que, quando não resolvidas, entram da mesma forma o desenvolvimento.

Para este ano de 2020, esperamos melhorar progressivamente nosso desempenho e a eficiência de nossa equipe. A publicação que trazemos a seguir faz parte desse trabalho na medida em que apresenta minha “prestação de contas” à população que acreditou em mim, e objetiva fazer com que o mandato possa fluir de forma transparente, correspondendo, cada vez mais, à expectativa do eleitor que nos trouxe para cá.



Senador Zequinha Marinho

Sobre a PEC que corrige as distorções provocadas pela Lei Kandir

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação do Gabinete do Senador Zequinha Marinho (PSC-PA), impressa pela Gráfica do Senado Federal, em consonância com o Ato nº 06/2002 da Comissão Diretora que dispõe sobre impressões gráficas. De acordo com este Ato, a Secretaria de Editoração e Publicações editora e imprime os trabalhos de autoria dos senadores referentes às matérias de natureza constitucional ou legal, assuntos históricos ou culturais de interesse legislativo, separatas de projeto de lei, leis, discursos, requerimentos de informações e síntese de atividades parlamentares.

CHEFE DE GABINETE
Alexandre Bodani

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Áurea Gomes
Guel Fegalhi
Marcelo Barbosa
Michel Jorge
Yuri Age

TEXTOS
Martha Dollinger e Yuri Age

DIAGRAMAÇÃO
Calazans Souza

ARTES E INFOGRÁFICOS
Ronaldo Magno

FOTOS DESTA EDIÇÃO
Agência Senado, Agência Pará e
arquivo pessoal

Gabinete Senador Zequinha Marinho
Senado Federal – Anexo II
Ala Teotônio Vilela – Gab. 18
Brasília – Distrito Federal. CEP 70165-900

 @zequinhamarinhooficial

 @ZequinhaMarinho

 /zequinhamarinhooficial

Sumário

SENADOR
ZEQUINHA MARINHO
REVISTA ANUAL
FEVEREIRO DE 2020



10

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA

Senador trabalha em parceria com o governo federal para acelerar processo de legalização das terras na região

16

Luta para reduzir a conta de luz do paraense

Além dos projetos em tramitação, o senador criou a Frente em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica

32

Legalização da atividade mineral

Avançam as negociações com o governo para a legalização do setor

FOTO MINERAÇÃO

06

Caminho das urnas para o Senado

A trajetória política do senador Zequinha até o Congresso Nacional

14

Senado retoma a discussão sobre Lei Kandir

PEC relatada pelo senador Zequinha corrige as distorções da Lei

18

Comissão do Senado aprova criação da

Mais um importante para a internalização do ensino superior".

EM DEFESA DA FAMÍLIA

Já no seu primeiro ano de mandato, Zequinha travou importantes lutas em prol dos valores cristãos

DAS URNAS PARA O SENADO FEDERAL



Com 1.374.956 votos conquistados nas urnas, algo em torno de 20% dos votos válidos, Zequinha Marinho foi eleito pelo povo paraense para representar o estado do Pará no Senado Federal. Em sua trajetória política, os mandatos como deputado estadual, federal e vice-governador conferiram ao senador experiência política e conhecimento das dificuldades e dos reais interesses da população paraense.

Criado no município de Conceição do Araguaia, sudeste paraense, Zequinha conhece bem a realidade vivenciada pela população do interior do estado. Antes de se dedicar a vida pública, trabalhou como comerciante e técnico em contabilidade, na Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia. Na década de 80, foi admitido como bancário do Banco da Amazônia. Formado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará

(UEPA) e em Teologia, pela Faculdade João Calvino, da Bahia, Zequinha também cursou pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Internacional, do Paraná.

Cristão atuante e de atitude, começou a ajudar voluntariamente os que necessitavam e procuravam a igreja. Evangelista da Assembleia de Deus, é membro da Convenção de Ministros e Igrejas Assembleia de Deus do Estado do Pará (Comieadepa).

UMA VIDA EM DOAÇÃO

Empenhado em melhorar as condições de vida da população paraense, Zequinha esteve à frente de vários trabalhos sociais pela igreja. Sua doação ao próximo abriu as portas para que passasse a se dedicar à vida pública. Esse desafio fez Zequinha andar por todo o estado do Pará e estar ainda mais presente na vida dos paraenses. Em 1994, concorreu às eleições para o cargo de deputado estadual e conquistou 7.965 votos. Conseguiu a suplência e, posteriormente, efetivou-se ao cargo parlamentar em 1997. No ano seguinte, se reelegeu ao cargo com uma votação de 16.060 votos.

Com o propósito de poder contribuir mais para a melhoria de vida da população paraense, em 2002 Zequinha se candidatou ao cargo de deputado federal. Manteve-se representante do Pará na Câmara dos Deputados por três mandatos consecutivos.

Em 2014, assumiu um novo compromisso para com o estado do Pará ao aceitar o desafio para ocupar a cadeira de vice-governador. Tornou-se o primeiro vice-governador da Região Sul do estado.

POR TODO O PARÁ

Atualmente defende os interesses do Pará e dos paraenses no Senado Federal, onde assumiu uma das três cadeiras destinadas ao estado. É considerado um dos maiores líderes políticos do Pará e um dos pouquíssimos parlamentares que obteve votos em todos os 144 municípios paraenses.

Atuando em defesa dos interesses da família e pela valorização do ser humano, Zequinha enfatiza que sua atuação “está ligada exatamente à defesa dos princípios e valores cristãos que têm sustentado a nossa sociedade. Hoje, tudo isso está muito ameaçado, e meu compromisso é contribuir para o fortalecimento da sociedade por meio da valorização dos princípios cristãos”, ressalta.



ATUAÇÃO DE DESTAQUE

Seu trabalho no Congresso Nacional também tem lhe conferido posição de destaque nacional. Já no seu primeiro ano no Senado Federal foi escolhido pelos seus pares para assumir a presidência da Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC), colegiado responsável por discutir e propor alternativas de desenvolvimento sustentável para o Brasil, especialmente para a Amazônia. Nesta perspectiva, também assumiu a presidência da Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte e da Frente Parlamentar em Defesa do Consumidor de Energia Elétrica da Região Norte.

Também é membro de dez Comissões Permanentes do Senado e da Comissão Mista de Orçamento, um dos principais colegiados do Congresso Nacional. Inclusive, nesta comissão foi proclamado relator da Receita do Orçamento de 2020, missão de grande relevância para ajudar a União a reduzir o déficit fiscal e aumentar o volume de investimentos no país.

Como se não bastasse tantas atribuições, assumiu a coordenação da Bancada do Pará no Congresso Nacional, grupo que reúne os 17 deputados federais e os 3 senadores do Pará.



BELO MONTE

Presidente da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Usina Belo Monte, o senador Zequinha Marinho esteve à frente dos debates legislativos acerca desta que é a terceira maior hidrelétrica do mundo. Inaugurada no final do ano passado, Belo Monte terá uma potência instalada de 11,2 mil MW e terá a capacidade para atender 60 milhões de pessoas. Apesar da conclusão da obra, a Norte Energia, consórcio responsável pela construção da usina, mantém os compromissos referente às condicionantes da obra e que atendem e beneficiam à população local. É justamente para acompanhar o cumprimento dessas ações que a Subcomissão tem atuado.

TRANSFERÊNCIA PARA MUNICÍPIOS

Tramita no Senado projeto que pretende estabelecer um teto para as retenções do Fundo de Participação do Município (FPM). De acordo com levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), no primeiro trimestre de 2019, 361 cidades brasileiras tiveram pelo menos um decêndio zerado e 989 parcialmente (entre 70 e 99%) retidos pela União. De autoria do senador Zequinha Marinho (PSC-PA), o projeto (PLP 224/2019) proíbe o bloqueio integral das transferências às prefeituras. Estabelece teto de 30% para o bloqueio do repasse que é causado, principalmente, pelas dívidas previdenciárias dos municípios.

BANCADA DO PARÁ

Ao lado do deputado Deputado Éder Mauro (PSD-PA), o senador Zequinha Marinho coordenou ao longo de 2019 os trabalhos da Bancada do Pará no Congresso Nacional. O colegiado, formado pelos 3 senadores e 17 deputados federais, tem fortalecido a luta pelos interesses do Pará e dos paraenses. Além de centralizar a discussão de importantes temas para o estado, como é o caso da compensação da Lei Kandir, a bancada define o repasse das emendas destinadas para atender programas e obras no território paraense. Neste ano de 2020, o senador Zequinha permanecerá à frente da coordenação da bancada.

SENADO DO FUTURO

Eleito vice-presidente da Comissão Senado do Futuro, o senador Zequinha Marinho foi grande incentivador para que o colegiado, que é um dos 14 grupos permanentes do Senado, pudesse resgatar o seu DNA. Com a proposta de discutir temas como cidadania, novas formas de relações sociais, geopolítica e conflitos, fronteiras da ciência, educação, tecnologia e enfrentamento dos problemas sociais, a comissão tem sido palco de importantes debates para o futuro do país.



EM DEFESA DO SETOR FLORESTAL

Documento elaborado pela Frente Pró-Floresta da Amazônia Legal e entregue ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, chama atenção para a elaboração de uma agenda florestal estratégica que simplifique a gestão florestal, garanta segurança operacional e jurídica para a atividade florestal e a ampliação de incentivos à produção. O manifesto, que recebeu apoio do senador Zequinha Marinho, indica ainda a utilização de parte do Fundo Amazônia na implementação de tecnologia em todas as modalidades do manejo, principalmente os comunitários. Nos últimos 16 anos, foram fechados 190 mil postos de emprego em decorrência da pressão ambiental e das dificuldades impostas ao setor. Em 2003, a atividade madeireira empregava cerca de 210 mil trabalhadores na Amazônia. Atualmente, esse número foi reduzido a menos de 20 mil.



INCENTIVO À PESQUISA

Uma iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) tem transformado a realidade de várias regiões no país. Por meio do Centro de Desenvolvimento Regional (CDR), o governo tem identificado as vocações locais, os produtos e atividades econômicas com potencial de gerar mais riquezas, aumentando a renda e os empregos na região, além de fortalecer a área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Atualmente, existem três centros em operação e mais dois em fase de instalação, nenhum na Região Norte. Para trazer este importante instrumento de desenvolvimento para o Pará, o senador Zequinha tem articulado junto ao governo federal para que, já neste ano, o norte ganhe o seu primeiro centro voltado para impulsionar o desenvolvimento regional.

ANTT NO PARÁ

Apesar de ser um dos estados com maior potencial logístico do país e com intensa movimentação de carretas em suas estradas, o Pará ainda não conta com uma Unidade Regional da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). As demandas paraenses são atendidas pela Unidade Regional do Maranhão, que centraliza ainda as operações realizadas no Amapá e Tocantins, além do estado sede. Para o ministro do Transporte, Tarcísio Freitas, “faz todo o sentido” uma unidade no Pará, conforme demandou o senador Zequinha Marinho. A nova unidade deverá intensificar os investimentos públicos na melhoria logística no estado.



DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA



1

Planta e o memorial descritivo da área, assinados por profissional habilitado e definidos em georreferenciamento;



2

Adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR);



3

Declarações do ocupante e do seu cônjuge ou companheiro de que: não são proprietários de outro imóvel rural, não foram beneficiários de programa de reforma agrária ou de regularização fundiária rural, praticam cultura efetiva e não exercem cargo ou emprego público.

A Amazônia no foco da regularização fundiária

Desde o início do mandato, o senador Zequinha Marinho vinha chamando atenção do governo federal para a necessidade de aperfeiçoar e intensificar as ações de regularização fundiária no Brasil, sobretudo na região amazônica. Coordenou uma grande audiência pública realizada em Altamira, no primeiro semestre de 2019, com a presença do Secretário Especial de Assuntos Fundiários (Seaf), Nabhan Garcia, e de representantes de órgãos federais e estaduais. Estimado para receber cerca

de mil pessoas da região da Transamazônica (BR-230), o evento contou com a participação de quase 4 mil trabalhadores e produtores rurais interessados em discutir a titulação de terras da União no Pará.

“Nosso grande sonho, enquanto paraense, é ver nosso estado, do ponto de vista fundiário, com suas terras regularizadas. Para que possamos ter desenvolvimento, segurança jurídica, tranquilidade, paz no campo e a questão ambiental encaminhada para a solução. Regulariza-

ção fundiária é fundamental para tudo”, enfatizou o senador Zequinha.

A audiência pública de Altamira foi um importante passo para que o governo, na figura do secretário Nabhan Garcia, publicasse a medida provisória (MP 910/2019) que institui um novo programa de regularização fundiária. O objetivo é conceder, ao longo dos próximos três anos, cerca de 600 mil títulos de propriedades rurais para ocupantes de terras públicas da União e assentados da reforma agrária.

SIMPLIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

A MP 910/2019 simplifica e moderniza a análise necessária para a concessão de títulos, destinados, em sua maioria, a pequenos produtores - com destaque para os assentados. Torna mais ágil o processo de regularização fundiária de áreas da União.

O texto, que já foi encaminhado para apreciação do Congresso Nacional, estabelece requisitos para a regularização fundiária de imóveis rurais de até 15 módulos fiscais, que é uma unidade fixada para cada município e que varia de 180 hectares, em localidades da Região Sul do país, até 1,5 mil hectares na Amazônia.

Para os ocupantes de uma área de até 15 módulos fiscais, será exigida a apresentação de documentos como a planta e o memorial descritivo da área assinada por profissional habilitado, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), além da comprovação de ocupação direta e pacífica

anterior à data de 5 de maio de 2014, que poderá ser feita por meio de sensoramento remoto (imagens de satélite). Nesses casos, após análise dos documentos por meio de um sistema integrado que cruza informações de diversas bases de dados, o Incra poderá dispensar a realização de vistoria prévia na área.

Amazônia Legal

Na região da Amazônia Legal, a prioridade do governo é acelerar a titulação do programa Terra Legal, que soma cerca de 55 mil processos em andamento.

Criado para receber valores recuperados da Petrobras pela Operação Lava-Jato. O novo programa de regularização fundiária também poderá receber cerca de R\$ 175 milhões do fundo. Atualmente, o fundo dispõe de R\$ 2,5 bilhões. O repasse dos recursos está em análise no Supremo Tribunal Federal (STF).

Novidades da MP da Regularização

Além de simplificar e modernizar o processo, a MP 910/2019 estabelece que áreas com até quatro módulos fiscais terão gratuidade no processo de regularização. Para as terras ocupadas por comunidades quilombolas ou tradicionais, o processo de regularização deverá seguir as normas específicas já definidas em legislação vigente. Já o monitoramento de toda a atividade fundiária federal será repassado à SEAF, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Principal financiador da educação pública no país, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) poderá se encerrar no final de 2020. Para proteger os recursos e ampliar os investimentos como forma de garantir uma educação de qualidade, o senador Zequinha Marinho relatou a PEC 33/2019, que aprimora e torna permanente o fundo. “Nosso objetivo é que o Fundeb possa se revestir de uma formatação mais robusta, orientada não só pelo princípio redistributivo que o norteia, mas também voltada para a indução da qualidade. A aprovação da PEC será capaz de

assegurar um nível de financiamento compatível com as aspirações que o povo brasileiro tem para a educação básica”, explicou o senador.

Fundeb — O fundo é composto por recursos arrecadados por estados e municípios, além de uma complementação feita pela União. Representando 63% de tudo que é investido nas escolas públicas do Brasil, o Fundeb é hoje o principal mecanismo de financiamento da educação básica, que vai da creche ao ensino médio. O dinheiro é utilizado para pagamento do salário dos professores e para ações de manutenção e desenvolvimento do ensino

Mais recursos — O relatório do senador Zequinha considera um aumento de 30% na complementação federal ao Fundeb. Atualmente, a União participa com 10% para que os estados possam atingir o valor mínimo anual de R\$ 3.238,52. Considerando os últimos anos, a complementação anual da União aos estados foi de R\$ 14,3 bilhões. Com o aumento defendido pelo senador Zequinha, este valor alcançará os R\$ 40 bilhões.

Avanços de qualidade — A PEC acrescenta ainda um mecanismo de incentivo voltado para a melhoria da qualidade da educação básica. A ideia defendida pelo senador é que seja in-

**R\$ 40
BILHÕES**
**SERÁ O VALOR A SER
ALCANÇADO COM O
AUMENTO DEFENDIDO
PELO SENADOR
ZEQUINHA**

troduzido junto ao Fundeb uma espécie de prêmio para aqueles estados em que efetivamente se verificarem avanços de qualidade, a partir da consideração não apenas do desempenho dos alunos, mas também da oferta regular da educação básica e da presença dos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem.

Em seu relatório, o senador acrescentou duas emendas à PEC 33 para a criação dos incentivos como um parâmetro para o recebimento da complementação federal. Pela proposta, 1/3 do montante total da complementação da União seria destinado para esse propósito de incentivo à qualidade. Os demais 2/3 seriam

mantidos à finalidade supletiva que orienta a participação federal no Fundo.

Aumento gradual — A segunda emenda determina como se dará o aumento gradual da complementação ao Fundeb. No primeiro ano, a suplementação da União avançaria dos atuais 10% para 12%. Nos anos seguintes, o percentual avançaria para 15%, 18%, 22%, 26% até atingir o teto dos 30%. “Estamos cientes de que esse incremento exigirá, de parte do governo federal, efetivo esforço de reorientação orçamentária e, por isso, julgamos conveniente ampliar o escalonamento previsto na PEC até atingir o percentual proposto”, justifica o senador.

SENADOR ZEQUINHA LIDEROU OS DEBATES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC), o senador Zequinha Marinho conduziu diversas e profundas discussões sobre a situação do clima no mundo.

Ao longo de 2019, conforme Plano de Trabalho aprovado, o colegiado desenvolveu diversas atividades, incluindo a realização de audiências públicas e a participação na 25ª Conferência das Partes (COP-25) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla, em inglês).

Os trabalhos da Comissão foram intensos, esforço que resultou na realização de nove audiências públicas entre os meses de setembro e novembro. Cabe destacar a pluralidade dos debates realizados, dos quais participaram parlamentares, representantes do governo, professores universitários e outros especialistas, representantes dos setores produtivos e representantes da sociedade civil.

“Acredito que a gente tenha conseguido alcançar nossos objetivos: discutir com grande parte daqueles que entendem com amplitude e profundidade o tema ‘mudanças climáticas’...”

Senador Zequinha Marinho

Sobre fur. Mareheb
effreissitus esiliuro iam
trartemultus derficavo



“Acredito que a gente tenha conseguido alcançar nossos objetivos: discutir com grande parte daqueles que entendem com amplitude e profundidade o tema ‘mudanças climáticas’, poder fazer comparações, poder ouvir gente que defende de um extremo ao outro, e poder recomendar, através do relatório, não só ao governo federal, mas o Congresso Nacional também, porque é aqui a caixa de ressonância da sociedade”, comentou o senador Zequinha.

Desafios e compromissos assumidos

De modo geral, o foco dos trabalhos foi debater os desafios na implementação dos compromissos assumidos pelo País em sua Política Nacional de Mudança Climática e nos Acordos do Clima, como o desenvolvimento sustentável, em

especial da região Amazônica.

As discussões envolveram o diagnóstico de desafios e a proposta de soluções para questões de monitoramento e combate de queimadas e desmatamento, regularização fundiária como instrumento para mitigar a tensão social no campo e incentivar a produção em bases sustentáveis, Fundo Amazônia, bioeconomia e mercados de carbono.

Recomendações

No relatório aprovado pela Comissão de Mudanças Climáticas, o senador Zequinha fez algumas recomendações ao governo Bolsonaro como forma de buscar o fortalecimento das ações de combate ao desmatamento na Amazônia. Na visão do presidente da CMMC, é necessário implementar políticas que retirem a carga tributária de máquinas

e implementos agrícolas, dos insumos e que reduza a taxa de juros bancários. Ele acredita que o processo de modernização no campo é fundamental para romper com os métodos rudimentares. Zequinha defende a tecnologia no campo como forma de incentivar as ações de manejo sustentável do solo.

Outro item destacado pelo senador é o fortalecimento da política de regularização fundiária. Zequinha ressalta que a Amazônia possui 450 mil famílias assentadas pelo Incra e cerca de 60 mil em áreas aguardando a homologação de assentamentos. Essas 510 famílias ocupam áreas de terra sem documento e praticam agricultura utilizando ferramentas rudimentares. Sem o título, elas ficam impedidas de tomar crédito e impossibilitadas de modernizar o seu método de cultivo.



LEI KANDIR

SENADO RETOMA DISCUSSÃO DA PEC QUE CORRIGE DISTORÇÕES

Enquanto os governadores e o Supremo Tribunal Federal (STF) buscam uma solução para compensar as perdas referentes à Lei Kandir, que isentou o recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre as exportações de produtos primários e semielaborados, o senador Zequi-

nha tem trabalhado no Senado Federal para que estados exportadores de commodities, a exemplo do Pará, recuperem a saúde financeira e que tenham mais recursos para serem aplicados em áreas de desenvolvimento social.

Foi apresentado - na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Senado

Federal - o parecer do senador Zequinha Marinho, favorável a PEC 23/2017 que permite a tributação das exportações de minérios. De autoria do senador Jader Barbalho (MDB-PA), a PEC exclui a imunidade relativa ao ICMS as operações de exportação de bens minerais primários ou semielaborados. De acordo com o

MAIS DE R\$ 500 BILHÕES EM PERDAS

Pela análise do Comitê dos Secretários de Estado da Fazenda (Comsefaz), a União teria que entregar anualmente R\$ 39 bilhões aos estados e ao Distrito Federal como compensação pela não tributação do ICMS nas exportações de produtos primários e semielaborados. A estimativa do Comsefaz é que, no período de 20 anos, os repasses efetuados aos estados e municípios cobriram apenas 17,8% das perdas, que podem ter chegado a R\$ 548,7 bilhões.

senador Zequinha, a PEC corrige as distorções provocadas pela Lei Kandir. Em vigor desde 1996, a lei isentou a cobrança do ICMS das exportações de produtos primários e semielaborados. Apenas o Pará acumula uma perda de quase R\$ 40 bilhões ao longo destes anos.

A PEC corrige a atual situação de perdas impostas aos estados exportadores há mais de 20 anos pela Lei Com-

plementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir. Em seu relatório, o senador Zequinha destaca que a PEC “trata-se de permitir a reoneração tão somente das exportações de produtos minerais primários e semielaborados. A proposta é oportuna, pois contribuirá para o reequilíbrio das contas de alguns dos estados mais afetados pela crise fiscal em curso”, destaca o parlamentar.

Trata-se de permitir a reoneração tão somente das exportações de produtos minerais primários e semielaborados. “A proposta é oportuna, pois contribuirá para o reequilíbrio das contas dos estados.

Senador Zequinha Marinho

Sobre a PEC que corrige as distorções provocadas pela Lei Kandir

UMA LUZ NO FIM DO TUNEL



Um dos maiores problemas enfrentados pela população paraense é, sem dúvida, a elevada tarifa de energia aplicada no estado.

De acordo com o Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon), do total de reclamações registradas pelo órgão vinculado à Defensoria Pública do Estado do Pará, 55% se referem às questões relacionadas ao consumo de energia elétrica. Na luta para aliviar o bolso do consumidor paraense e assegurar um tratamento mais justo ao Pará – estado produtor e exportador de energia –, o senador Zequinha Marinho tem trabalhado em diversas frentes no Congresso Nacional.

REDUÇÃO DA CONTA

Para reduzir a conta de luz do consumidor brasileiro, sobretudo do cidadão paraense, o senador apresentou projeto de lei (PL 5325/19) que veda a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia.

“A Aneel não está sendo justa e nem correta com a sociedade quando ela transfere para o consumidor a obrigação que é da empresa de fazer gestão (da perda não técnica, dos furtos de energia)”, comentou o senador que ressaltou que a Aneel está “sacrificando a sociedade”, ressaltou Zequinha.

DEFESA DO CONSUMIDOR

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Consumidor de Energia Elétrica da Região Norte, proposta pelo senador Zequinha. Segundo o relator da proposta, senador Lucas Barreto (PSD-AP), a presença do Poder Público deve ajudar a garantir a qualidade dos serviços de energia elétrica a um preço razoável, especialmente diante da privatização de empresas de distribuição em estados daquela região.

A formação da Frente é mais uma iniciativa do senador que trabalha para reduzir a tarifa de energia na região, em especial no Pará. Com a força de senadores e deputados dos sete estados da Região Norte, o grupo parlamentar, além de acompanhar políticas e ações que envolvam o fornecimento de energia elétrica, se constitui como o fórum especializado para defender os temas de interesse do consumidor de energia elétrica.

ENERGIA SUSTENTÁVEL

O senador Zequinha foi o relator do projeto que incentiva a adoção de práticas de construção de edificações sustentáveis, para a geração de energia elétrica. A proposta avança na direção da implementação de “cidades sustentáveis”, ao estabelecer que, na execução da política urbana, serão adotadas práticas de construção de edificações que incentivem a conservação e o uso racional da energia elétrica. “Ações que estimulem a redução do consumo de energia por meio do uso da iluminação natural ou o uso de sistemas próprios de geração são particularmente desejáveis em um contexto marcado por uma tendência de elevação da demanda e dos preços de energia elétrica”, conclui o senador.



PARÁ PODERÁ GANHAR MAIS UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Desde 2017, o Senado Federal discutia a proposta de criação de uma nova universidade federal no Pará. Ocorre que, no ano de 2018, o projeto da Universidade Federal do Xingu (UFX) ficou parado, sem tramitar na Casa de Leis.

Desde que assumiu a cadeira de senador pelo estado do Pará, Zequinha Marinho trabalhou para que a proposta fosse votada e assim trouxesse benefícios para a população paraense.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Zequinha lutou pela relatoria do projeto e aprovou seu parecer que prevê a criação da UFX. Com sede em Altamira, a ideia é que a nova universidade promova a interiorização do ensino superior nos municípios de Anapu, Aveiro,

Brasil Novo, Gurupá, Itaituba, Jacareacanga, Medicilândia, Novo Progresso, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

“Não se pode conceber o desenvolvimento de uma região sem pensar na implantação de uma universidade que lhe seja braço direito na construção de programas e projetos de desenvolvimento que tenham impactos diretos na vida social e econômica da população”, frisou o relator.

Interiorização do ensino superior

O texto segue para a Comissão de Educação (CE), onde terá decisão terminativa. Se criada pelo governo federal, a

UFX será a quinta instituição federal de ensino superior no Pará. Como a criação de universidades é uma prerrogativa do Poder Executivo, a proposta é apenas de caráter autorizativo. O Executivo disporá sobre os cargos a serem criados para compor o quadro de pessoal da nova instituição. Reitor e vice-reitor deverão ser nomeados temporariamente, em ato do ministro da Educação, até que a UFX seja implantada definitivamente, com a aprovação do seu estatuto.

“A criação da Universidade Federal do Xingu, efetivamente implantada e focada na região, certamente marcará um novo momento, estimulando a juventude e envolvendo a comunidade acadêmica como nunca”, defende o senador Zequinha.

EMENDAS PARA ATENDER O PARÁ

Em 2020, a população paraense vai receber R\$ 15,9 milhões, relativos às emendas apresentadas pelo senador Zequinha Marinho. Pouco mais da metade desse total, cerca de R\$ 8,7 milhões, será repassado para o custeio e ações de melhoria na qualidade do atendimento da saúde pública no estado e nos municípios.



SAÚDE

8,7 MILHÕES



ABASTECIMENTO DE ÁGUA

1,5 MILHÕES



AGROPECUÁRIA

2 MILHÕES



TRANSPORTES

1,5 MILHÕES



EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

1,2 MILHÕES



SEGURANÇA PÚBLICA

1 MILHÃO

UM SENADOR QUE TRABALHA PELOS PARAENSES

Com uma população estimada em mais de 8,6 milhões de habitantes, o Pará é um estado com múltiplas potencialidades.

Além da vocação mineral, a produção agrícola, pecuária, pesca, atividade florestal e a indústria tradicional oferecem grandes possibilidades de crescimento econômico. Ocorre que problemas de toda ordem como as condições precárias das rodovias federais no Pará, a falta de mão de obra qualificada e a criação aleatória de unidades de conservação têm impedido um crescimento mais robusto que amplie as oportunidades ao povo paraense.

Representando o estado no Senado Federal e defensor de sua gente no Congresso Nacional, o senador Zequinha Marinho tem trabalhado incessantemente em Brasília para que o governo federal assegure as condições necessárias para o desenvolvimento do estado do Pará.

“Temos que pegar essas potencialidades e fazer delas a mola propulsora para o crescimento econômico do estado, gerando mais empregos e desenvolvimento ao povo paraense. Esta é a minha missão. Este é o meu compromisso. Faço do mandato a mim confiado pelo povo paraense um instrumento para destravar os gargalos e desenvolver o Pará”, comentou o senador Zequinha Marinho.



OBRAS PARA A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA

O trabalho do senador Zequinha e dos parlamentares da bancada do Pará no Congresso Nacional possibilitou a assinatura da ordem de serviço, pelo Ministério da Infraestrutura, para a construção de ponte de concreto sobre o Igarapé Água Preta, localizada na BR-158, entre o município de Redenção e a divisa do Mato Grosso. A obra é fundamental para viabilizar o escoamento da produção do Centro-Oeste, além de incrementar a logística e promover a infraestrutura do sudeste paraense.

De acordo com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, a assinatura representa o início de uma nova era, um novo governo. “O presidente

Jair Bolsonaro trocará todas as pontes de madeira ou em estado precário na rodovia”, garantiu Freitas. Esta será a primeira das seis pontes que serão executadas pelo Governo Federal. “Essa assinatura representa o compromisso que o Governo Federal tem com os estados do Pará e Mato Grosso. Nossa meta é substituir as quatro pontes desse perímetro da BR-158 até 2020”, destacou o ministro.

A restauração da BR-158 e BR-155, o derrocamento do Pedral do Lourenço e a conclusão da pavimentação da BR-163 são tidas pelo Ministério como ações prioritárias para viabilizar o escoamento da produção de grãos do Pará e do norte do Mato Grosso.



EM FRENTE BRASIL

Sempre em busca do apoio do governo federal para reforçar as ações desenvolvidas pelo governador Helder Barbalho, o senador Zequinha também conseguiu que os ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Cidadania definissem o Pará como prioridade no desenvolvimento das ações do “Em Frente Brasil”, projeto piloto de enfrentamento à criminalidade violenta.

O município de Ananindeua foi o escolhido para as ações em fase piloto do projeto que associa ações de força-tarefa e de promoção social, combatendo a criminalidade e transformando a realidade socioe-

conômica das localidades brasileiras. “Ao passo de que o Ministério da Justiça e Segurança Pública atuará com suas ações de combate à violência, vamos entrar com ações sociais, capacitando e qualificando os jovens do Bolsa Família”, explicou o ministro da Cidadania, Osmar Terra.

De acordo com o ministro, a ocorrência de crimes se dá em maior proporção na fase entre os 18 e 20 anos, são jovens que não trabalham e nem estudam e acabam se tornando mais vulneráveis a cometer atos de violência. “São os que mais cometem crimes e o que mais morrem também”, analisou.

OS INTERESSES DO PARÁ NO STF

Na companhia do prefeito Romildo Veloso, de Ourilândia do Norte, o senador Zequinha Marinho foi recebido em audiência pelo ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar das consequências do fechamento da usina do projeto Onça Puma.

Em razão da paralização do empreendimento mineral, o município vinha sofrendo com a queda de receita e a inviabilização de vários serviços prestados à comunidade. A suspensão das atividades por determinação da justiça motivou a demissão de mais de dois mil trabalhadores do projeto, agravando a situação de crise do município.

Sempre em defesa do Pará e dos paraenses, o senador solicitou ao presidente do STF que pudesse julgar o caso em favor da população local, possibilitando o desenvolvimento da região. Após essa conversa, o ministro Dias Toffoli decidiu pelo retorno das operações das minas e usina de Onça Puma. O empreendimento estava paralisado desde setembro de 2017 por ordem judicial devido a questões relacionadas a supostos danos ambientais em terras indígenas.

Além da retomada do empreendimento, o STF também determinou a liberação dos depósitos judiciais aos indígenas Xikrin do Cateté e Kaypó, que estavam bloqueados por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Sempre em defesa do desenvolvimento do Pará e da região amazônica, Zequinha Marinho se destacou pela elevada e diversa produção legislativa já em seu primeiro ano como representante dos paraenses no Senado Federal. Apresentou PEC para aumentar a autonomia fiscal dos estados e projetos de lei para incentivo à pesquisa, para fortalecer os municípios e combater os crimes ambientais, para tornar mais barata a conta de energia paga pelo consumidor brasileiro, além de outros importantes temas para a nação brasileira.

PRINCIPAIS PROJETOS DE AUTORIA DO SENADOR ZEQUINHA APRESENTADOS EM 2019

PEC 84/2019 (Pacto Federativo)

Modifica a Constituição Federal, para permitir a delegação aos estados da competência da União para explorar portos, aeroportos, ferrovias e energia elétrica; e altera o sistema de repartição de receitas tributárias.

PL 5142/2019 (Meio Ambiente)

Estabelece a reversão ao fundo municipal do meio ambiente, da localidade em que praticada a infração ambiental, dos bens utilizados na conduta ilícita e de metade das multas aplicadas pela infração ambiental.

PL 5325/2019 (Energia Elétrica)

Proíbe a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público.

PL 5143/2019 (Educação)

Obriga as bibliotecas públicas e privadas localizadas em território nacional a disponibilizar o acesso ao texto atualizado da Constituição Federal.

PL 1769/2019 (Incentivo à Produção)

Determina, para os chocolates e derivados, a composição percentual mínima de cacau e determina que essa informação esteja presente nos rótulos desses produtos.

PL 2311/2019 (Proteção aos Idosos)

Estende a gratuidade parcial no transporte coletivo interestadual prevista aos idosos para qualquer categoria de veículo, inclusive executivo, semileito e leito.

PL 5451/2019 (Desenvolvimento Regional)

Permite o financiamento em pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos e o financiamento para produzir os produtos derivados da pesquisa, desenvolvimento e inovação com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

PRINCIPAIS PROJETOS RELATADOS PELO SENADOR EM 2019

PEC 33/2019 (Educação)

Aprimora e torna permanente Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

PEC 23/2017 (Lei Kandir)

Determina que o ICMS não incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, exceto as relativas a bens minerais primários ou semielaborados, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações.

PL 1122/2019 (Economia)

Altera a Lei do Impeachment, para prever que é crime de responsabilidade contra a lei orçamentária deixar de entregar o montante que a União deve transferir aos demais entes federativos como medida compensatória da desoneração das exportações.

PL 3981/2019 (Transporte)

Proíbe a construção de pontes de madeira nas vias pertencentes aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios quando houver descentralização de recursos da União.

PLC 45/2018 (Honorífico)

Inscribe o nome de Ayrton Senna no Livro dos Heróis da Pátria.

PLS 359/2017 (Educação)

Autoriza a criação da Universidade Federal do Xingu (UFIX).

PLC 57/2018 (Proteção à Família)

Assegura aos avós maternos o direito a se afastar do trabalho por cinco dias para dar assistência ao neto recém-nascido sem pai declarado na certidão de nascimento.

PLS 376/2017 (Meio Ambiente)

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e econômicos a pessoas físicas e jurídicas, produtores rurais da Amazônia Legal, que promovam a preservação, a conservação ou a recuperação da cobertura florestal em seus imóveis rurais.

PLS 380/2018 (Combate à Corrupção)

Altera a Lei de Improbidade Administrativa para aumentar em até 2/3 das penas para os casos de desvios ou prejuízos nas áreas de saúde ou educação e determina a cumulatividade das penas de ressarcimento ao erário e de perda de bens e valores.



COMPROMISSO COM A SAÚDE PÚBLICA

Melhorar a qualidade do serviço de saúde pública no estado do Pará é um compromisso permanente do senador Zequinha Marinho. Para isso, destinou R\$ 8,7 milhões referentes às suas emendas individuais de 2020.

Desse total, Zequinha repassará parte para intensificar as ações de atenção à saúde das populações ribeirinhas e de áreas remotas da Amazônia que são desenvolvidos pela Marinha do Brasil e pelo Exército. Garantir aos municípios paraenses o custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial é outra preocupação do senador, que destinou grande parte dos recursos em apoio às prefeituras.

Referência na Região Norte

Referência em pneumologia, endocrinologia, diabetes e no tratamento de doenças tropicais, o Hospital Universitário Barros Barreto sofre com a precariedade de suas instalações e a falta de materiais básicos e medicamentos. Na tentativa de reverter esse quadro, o senador Zequinha Marinho tem articulado com os ministérios da Saúde e Educação para levar mais recursos que possam suprir as carências do hospital e garantir um tratamento mais digno aos usuários.

“Este hospital é muito importante para os paraenses. Realiza, anualmente, mais de 60 mil consultas médicas e cerca de 3 mil procedimentos cirúrgicos.

Assegurar uma saúde de qualidade a todos os brasileiros é algo fundamental e deve ser bandeira de todos os parlamentares.

Senador Zequinha Marinho

Sobre sua luta em defesa de uma saúde pública de qualidade



É referência no tratamento de doenças tropicais. Não podemos deixar este hospital abandonado. Na situação em que se encontra, apresenta riscos à saúde do paciente e dos médicos”, relatou o senador Zequinha.

Com 299 leitos, sendo 232 habilitados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o hospital tem previsto para implantação no Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) um incremento anual de R\$ 5,5 milhões. De acordo com Adriana Melo, diretora do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência (DAHU), do

Ministério da Saúde, o valor representa a implantação de 14 novos leitos de UTI adulto tipo II e sete novos leitos de UTI pediátrica tipo II.

Para tentar resolver o problema no hospital, o MEC ficou de pedir um levantamento da atual situação do Hospital Barros Barreto para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao Ministério e que faz a supervisão dos hospitais universitários em todo o Brasil. “Vamos levantar a situação e pedir para que identifiquem os problemas para este cenário”, comunicou o chefe de gabinete do MEC, Djaci Sousa.

COMBATE ÀS DROGAS

O senador Zequinha é autor do requerimento que cria, no âmbito do Senado Federal, a Subcomissão de Prevenção e Combate ao Uso de Drogas. A intenção do senador é que o colegiado atue no sentido de ampliar os debates e que possa discutir a política antidrogas e as ações de combate ao uso de entorpecentes, promovendo a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar da população.

Quando criada, essa Subcomissão será fundamental na definição de propostas legislativas que se somem às iniciativas desenvolvidas pelo governo federal.

Vinculada ao Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas (Senad) tem conseguido ampliar os recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad) com o leilão de bens apreendidos pela polícia em operações, além de multas entre outros recursos. Enquanto que, em 2018, o Funad arrecadou ao todo R\$ 44,6 milhões, no último ano esse valor chegou a R\$ 100 milhões e a projeção para 2020 é que seja dobrado o montante do fundo.

Nesta perspectiva de aumento do fundo, é fundamental a criação de uma Subcomissão para ampliar os debates sobre a melhor destinação do recurso.

MAIS R\$ 7 BILHÕES PARA INVESTIMENTOS

ESSE FOI O VALOR CONQUISTADO PELO SENADOR ZEQUINHA,
QUE RELATOU A PARTE DA RECEITA DA LOA 2020



Foi o que garantiu o senador Zequinha Marinho, relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020. Essa folga no orçamento da União será utilizada para que o governo amplie os investimentos em obras e serviços públicos. O relatório do senador Zequinha se pautou no fato das despesas primárias para 2020 terem se mantido abaixo do teto constitucional de gastos primários.

“Reestimamos a receita primária do Orçamento da União para 2020 em R\$ 7,1 bilhões, pois há

indicativos de que os dividendos e participações foram subestimados pelo Poder Executivo na proposta Modificativa do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual)”, analisou o senador.

De acordo com Zequinha, a proposta considera o repasse de dividendos em 25% do lucro líquido das empresas estatais. Na opinião do relator, “esse percentual é o mínimo exigido pela legislação vigente, havendo espaço para que se distribua mais do que o dobro previsto”, comentou.

Com esse recurso extra, o governo federal terá condições de investir mais e melhor, atendendo à população brasileira.

Senador Zequinha Marinho

Sobre o recurso garantido no orçamento de 2020.



CENÁRIO MACROECONÔMICO

O relatório aprovado pelo Congresso estabelece também as previsões macroeconômicas para 2020. O PIB será de R\$ 7,6 trilhões, um aumento nominal de 6,4% em relação ao PIB de 2019. Prevê ainda uma inflação de 3,5%, dólar em R\$ 4 e a taxa Selic alcançará o menor patamar da história, de 4,4%. “Esse cenário do quadro macroeconômico, em conjunção com as expectativas de impacto das alterações legislativas, determinou a redução da receita primária bruta de R\$ 7,4 bilhões. Para 2020, as receitas primárias foram estimadas em R\$ 1,6 trilhão”, analisa o senador.

REDUÇÃO GRADUAL DO DÉFICIT

O parecer do senador Zequinha estima ainda o déficit primário de R\$ 124,1 bilhões, em 2020, menor do que em 2018, em proporção do PIB. Em 2021, a previsão é de um déficit de R\$ 68,5 bilhões e, em 2022, de R\$ 34,1 bilhões. “Para controlar o crescimento da dívida e reequilibrar as finanças públicas, o Governo aposta nas reformas previdenciária, já aprovada, tributária e administrativa, ambas em elaboração, além de contar com o teto de gastos primários instituído pelo Novo Regime Fiscal e a meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões”, destaca o relatório do senador.



UM SENADOR EM DEFESA DA FAMÍLIA

Único representante do PSC no Senado Federal, Zequinha Marinho tem sido uma importante voz na defesa dos valores cristãos, como por exemplo em projetos de combate à corrupção e ao fim da impunidade no país, liberdade religiosa, de repressão às drogas e contra o aborto. Membro da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, o senador reforça os compromissos da bancada para com temas relacionados à defesa da família. Foi assim na votação do projeto (PLP 55/2019) que prorroga por mais 15 anos, contados a partir de 2017, a possibilidade dos estados concederem isenções, incentivos e benefícios fiscais

ou financeiro-fiscais a templos religiosos e entidades beneficentes da cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

“É mais do que justo a prorrogação desse incentivo”, enfatizou o senador que lembrou dos trabalhos sociais desenvolvidos pelas igrejas. “São ações de resgate daquelas pessoas que vivem à margem da nossa sociedade, em situação de vulnerabilidade e que muitas vezes são desassistidas pelo estado. Por isso é fundamental a prorrogação do incentivo como forma de garantir que as igrejas e entidades beneficentes possam continuar promovendo a ressocialização, dando

uma nova expectativa de vida a esses cidadãos brasileiros”, ressalta o senador.

Combate à corrupção

O fim da impunidade e o combate à corrupção no Brasil são temas que têm recebido grande atenção do senador Zequinha Marinho. No final do ano passado, um grupo de senadores começou a chamar atenção para a necessidade de uma alteração na legislação vigente. O grupo, do qual o senador faz parte, defende a prisão de condenados após julgamento em segunda instância. Zequinha chegou a ser um dos signatários da Carta Aberta que o Senado encaminhou

PROTEÇÃO LEGAL AOS TEMPLOS RELIGIOSOS

O senador Zequinha Marinho defende que o governo possa garantir a imunidade tributária dos templos religiosos, previsto no art. 150, inciso VI, da Constituição Federal. Zequinha destaca que a imunidade é fundamental para a proteção da liberdade religiosa, outro princípio introduzido no texto constitucional. Apesar do direito legal, igrejas católicas estariam sendo perseguidas por agentes da Receita Federal. “O camarada torce a lei e adequa aquilo que ele quer. Aquilo que ele pensa. Essa brincadeira gerou um débito das igrejas de R\$ 460 milhões”. O senador - lembrando da Constituição e do direito assegurado - considera o fato como uma “aberração” e ressalta que isto precisa ser ajustado, garantindo proteção legal aos templos. Zequinha reforçou que é preciso consertar essa situação e confia que o governo Bolsonaro encontre uma solução para esse fato “enrriquecedor e constrangedor”.

ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli. Em certo trecho da carta, o grupo argumenta que “a lei deve valer para todos e, após a segunda instância, não mais se discute a materialidade do fato, nem existe mais produção de provas”.

PEC da Vida

Apresentada em 2015, a PEC 29 - que altera a Constituição Federal para explicitar que o direito à vida é inviolável desde a concepção - estava arquivada no Senado Federal em razão do término da legislatura passada. A proposta nem mesmo tinha recebido parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para retomar os debates e as argumentações contra o aborto e em defesa da vida humana, um grupo de senadores, entre eles o senador Zequinha Marinho,

apresentou requerimento para o desarquivamento da matéria.

Se a PEC for aprovada no Senado e na Câmara, o artigo 5º da Constituição passará a ter a seguinte redação: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Assim o Congresso Nacional rechaçaria com qualquer tentativa de despenalização do aborto até o 3º mês (ADPF 442), como também até mesmo a exclusão de toda punibilidade no Código Penal. Por meio desta medida, os parlamentares defendem o direito à vida.

Capitol Ministries

Fundada em 1996, a Capitol Minis-

tries é uma organização cristã que desenvolve estudos bíblicos entre políticos como forma de fortalecer a defesa dos valores cristãos. Com sede nos Estados Unidos, a Capitol Ministries tem se expandido mundo afora. Em 2018, ela chegou a cinco países latino-americanos: México, Honduras, Paraguai, Costa Rica e Uruguai. Além dessas, já anunciou que abrirá filiais na Nicarágua e Panamá.

No Brasil, o lançamento oficial ocorreu no segundo semestre de 2019 e contou com o apoio do senador Zequinha Marinho, importante articulador para que o país pudesse receber uma representação da organização cristã. “Impu-tamos este ministério como de grande relevância. Ele tem um direcionamento, que é alcançar lideranças políticas como meio de reforçar os valores cristãos do senador.



PAUTA MUNICIPALISTA

Trabalhando em favor do desenvolvimento e fortalecimento dos municípios paraenses, o senador Zequinha Marinho é considerado pelo ranking Observatório Político, da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), como um parlamentar de perfil integralmente municipalista. Ao longo deste primeiro ano no Senado Federal, Zequinha travou algumas importantes lutas no sentido de garantir melhores condições de vida à população que reside nas 144 cidades paraenses.

Transferência direta dos recursos da União

O senador Zequinha Marinho e os demais parlamentares aprovaram a PEC 48/2019, que permite a transferência

direta de dinheiro para estados, Distrito Federal e municípios por meio de emendas parlamentares individuais ao Orçamento. Agora, os repasses poderão ser repassados sem necessidade de convênio. Com essa mudança, o Congresso garante uma economia de recursos para os municípios, já que elimina a cobrança de taxas de intermediação da Caixa Econômica Federal e permite a contratação direta para as obras.

As transferências são de dois tipos: doação, quando o parlamentar encaminha recursos para o governo ou a prefeitura sem destinação específica; e finalidade definida, quando a verba vai “carimbada” para um uso determinado. Com a PEC, a doação passa a se chamar transferência especial.

Mais R\$ 215 milhões para a Região do Xingu

Com um saldo de R\$ 215 milhões para investir em ações de ordenamento territorial, infraestrutura, inclusão social, saúde e educação, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS) encontra-se em fase de reativação depois que um decreto do presidente Bolsonaro extinguiu o Comitê Gestor do PDRS Xingu.

Na condição de presidente da Subcomissão de Acompanhamento da Usina Belo Monte, o senador Zequinha cobrou celeridade do governo federal na liberação dos recursos que atenderá cerca de 400 mil pessoas que habitam os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de

Moz, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

“Este plano dispõe de recursos que são fundamentais para a promoção do desenvolvimento dos 12 municípios atingidos direta e indiretamente pela hidrelétrica”, enfatizou o senador.

Saneamento para o Marajó

Garantir obras para o tratamento de água na região do Marajó e levar ações de saneamento para aldeias indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos rurais. Esses são os objetivos comuns do senador Zequinha Marinho e do presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ronaldo Nogueira.

Para implantar sistema de tratamento de água nos municípios do Marajó, o senador garantiu recursos de emendas parlamentares e vai adquirir filtros responsáveis pela clarificação, filtração e desinfecção em águas de superfície e subterrâneas. Sobre o saneamento de comunidades tradicionais e assentamentos, o governo federal, por meio do Programa Saneamento Brasil Rural, beneficiará

39,7 milhões de habitantes, o que corresponde a 21% da população residente. A iniciativa atenderá às populações do campo, florestas, águas e aos povos indígenas para que eles tenham resguardados seus direitos à água, ao esgotamento sanitário, ao manejo de resíduos sólidos e à drenagem.

Ações de desenvolvimento regional

Em tratativas com a presidência da Eletronorte, o senador Zequinha Marinho busca destravar os atuais gargalos que impedem a liberação dos recursos destinados a sete cidades paraenses da região de influência do Plano de Inserção Regional dos Municípios à Montante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Pirtuc) e dos 5 municípios que fazem parte do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da Usina (Pirjus).

Os recursos do Pirtuc e Pirjus somam R\$ 144 milhões para a execução de ações de desenvolvimento regional. Porém a maioria das prefeituras se encontra

em situação irregular, o que impede a celebração de convênios com a Eletronorte.

Para solucionar esta situação e garantir que os recursos cheguem até os municípios, beneficiando a população local, o senador – juntamente com o prefeito de Itupiranga, José Milesi, que preside o Consórcio dos Municípios Paraenses Alagados pelo Rio Tocantins (Compart) – têm trabalhado para regularizar a situação dos municípios e possibilitar que estes milhões cheguem até a população paraense.

Por uma educação de qualidade

A pedido do senador Zequinha Marinho, o Ministério de Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) receberam prefeitos de mais de 20 municípios do Pará para tratar sobre os investimentos federais destinados às cidades brasileiras para alavancar a qualidade da educação no Brasil. A ideia é destravar os processos e regularizar a situação dos municípios junto à União, para que o Pará receba mais recursos para a educação.

É PRECISO LEGALIZAR A ATIVIDADE MINERAL

Maior província mineral do mundo, o Pará tem na extração de minérios uma de suas principais atividades econômicas que dinamizam e aquecem sua economia. Nos primeiros nove meses de 2019, o estado e municípios mineradores receberam R\$ 1,548 bilhão referente ao pagamento da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem).

De tudo que foi exportado no ano de 2018, 88% foram produtos minerais. Ao todo, as exportações desses artigos renderam pouco mais de US\$ 13,7 bilhões, com destaque para o minério de ferro, com crescimento de 18,2%, tendo como principal destino a China. Além do minério de ferro, o estado é rico em bauxita, cobre, níquel, caulim, manganês, silício e ouro.

Apesar do vasto potencial do Pará na área mineral, algumas travas e bu-

rocracia em demasia têm impedido o desenvolvimento dessa cadeia e, conseqüentemente, a geração de mais emprego e renda. Pensando em impulsionar e dinamizar a economia do estado, o senador Zequinha Marinho tem sido um dos principais defensores da legalização da atividade mineral em solo paraense.

Lavra garimpeira

Provocado pela bancada do Pará, desde julho de 2019, o governo federal está debruçado sobre o tema da mineração e de que forma pode contribuir para acabar com o problema da ilegalidade na atividade mineral. A pedido do senador Zequinha Marinho, criou um Grupo de Trabalho responsável por discutir e estudar a possibilidade de simplificação do regime de outorga de lavra garimpeira.

Sobre esse tema, o senador chegou a

reunir-se com vários representantes do setor – de investidores a trabalhadores – como forma de levantar sugestões a serem encaminhadas ao governo. Essas propostas foram entregues em um documento que garante avanços e modernização para o setor. A expectativa é que, no início de 2020, o governo apresente nova legislação que desburocratize e ponha fim a ilegalidade no setor.

Agilidade nos processos

Em sucessivas audiências com o diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Victor Bicca, o senador Zequinha tem solicitado que o órgão possa dar maior celeridade à análise dos processos para concessão de Permissões de Lavra Garimpeira (PLGs).

Dados da própria ANM indicam que, somente na área da BR-163/PA, existem mais de 11 mil requerimentos que aguardam deferimento. Alguns iniciaram o processo na década de 80 e, até agora, não foram devidamente analisados pela agência. O atraso na análise dos processos tem sido o principal entrave para a regularização da atividade. Para solucionar esse problema, o governo – por meio do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni – já garantiu que vai priorizar



alguns processos e produzir referenciais técnicos no sentido de garantir segurança jurídica, além de trabalhar de forma mais célere, seguindo todos os requisitos necessários para a concessão do direito minerário.

“O Pará tem por vocação natural a mineração. Ao dar condições para a legalização, criam-se novas oportunidades de emprego e geração de renda, afinal,

hoje o minério ilegal está saindo sem recolher devidamente os impostos, sacrificando os cofres do estado, recurso este que poderia ser empregado para o atendimento da população”, comentou o senador.

Terra Indígena

Em 2017, o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão N°

O Pará tem por vocação natural a mineração. Ao dar condições para a legalização, criam-se novas oportunidades de emprego e geração de renda.

Senador Zequinha Marinho

Sobre a necessidade do governo regularizar a atividade mineral no Pará

2723, recomendou ao governo federal a regulamentação dos artigos 231 e 176, da Constituição Federal. Ambos os dispositivos tratam do aproveitamento de recursos hídricos e minerais em terra indígena. Com a intenção de dar ao povo indígena o direito absoluto sobre sua terra e o uso sustentável dela, o governo federal tem estudado a possibilidade de encaminhar proposta de projeto de lei ao Congresso Nacional como forma de regulamentar os artigos da Constituição.

O governo pretende criar dispositivos legais para permitir ao povo indígena opinar sobre o uso de suas terras, estabelecendo mecanismos para o aproveitamento de recursos hídricos e minerais. De acordo com o ministro Onyx, há mais de 30 anos os governantes se eximiam da responsabilidade de regulamentar o texto constitucional, o que acabou gerando uma série de conflitos. “O governo Bolsonaro não foge da briga. Estamos trabalhando de forma objetiva e clara para resolver essa situação”, reforçou.

FRUTICULTURA: UM SETOR DE US\$ 1 BILHÃO



Fortalecer a fruticultura brasileira e eliminar as principais dificuldades do setor. É o que defende o senador Zequinha Marinho. O político é um dos maiores apoiadores do pleito da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas), que defende a intensificação de programas e ações para a erradicação da mosca da carambola.

Considerada a principal barreira fitossanitária nas exportações da fruticultura nacional, a mosca da carambola é uma ameaça à produção. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), essa praga atinge cerca de 35 espécies de frutas e encontra como porta de entrada os estados do Amapá, Roraima e o Arquipélago do Marajó, no Pará. Estudos apontam que, caso a praga se disperse para áreas produtoras de laranja, manga e goiaba, os prejuízos podem atingir mais de R\$ 500 milhões por ano.

Com uma área de 2,5 milhões de hectares cultivados de frutas, a exportação da produção garante, anualmente, US\$ 1 bilhão para a economia brasileira. Atualmente, o Brasil é o 3º maior produtor mundial de frutas e apenas o 23º exportador.

“A fruticultura é uma das atividades mais relevantes do agronegócio brasileiro. Tem grande significado para a econo-

mia brasileira e para a manutenção e geração de empregos. São mais de cinco milhões de empregos diretos. Precisamos defender a produção e todos aqueles que dependem dessa cadeia”, enfatizou o senador.

Projeto incentiva a cadeia do cacau

Maior produtor de cacau do Brasil, o Pará deverá ser beneficiado com o projeto apresentado pelo senador Zequinha Marinho que incentiva a atividade cacauaieira. Ao propor o aumento do percentual mínimo de cacau na mistura do chocolate, o projeto pretende expandir a produção do fruto. Com uma produtividade de 131 mil toneladas de amêndoas secas, a expectativa é que nos próximos três anos o volume chegue a 175 mil toneladas.

Além do elevado potencial para recuperar as áreas de floresta, o cacau – cultivado no sistema agroflorestal – gera 305 mil empregos só no Pará. A geração de renda é outro fator que merece destaque. No ano passado, o valor bruto da produção foi de R\$ 877,5 milhões. Para 2022, as projeções do setor chegam a R\$ 1,5 bilhão. Apenas de ICMS recolhido ao estado, a expectativa é que a cadeia produtiva do cacau gere R\$ 180 milhões.

BELÉM: A CAPITAL DO AÇAÍ

Produtor de 90% do açaí que é consumido no mundo, o Pará possui mais de 100 agroindústrias que movimentam cerca de R\$ 2 bilhões a cada ano e envolve cerca de 300 mil pessoas ao longo da sua cadeia produtiva. Para destacar o papel do estado na produção do açaí e garantir que as políticas nacionais de incentivo possam atender às demandas da região, o senador Zequinha Marinho foi o relator do projeto (PLS 26/2018) que confere a Belém o título de Capital Nacional do Açaí. O parecer favorável foi aprovado em decisão terminativa na Comissão de Educação, Cultura e Espor-



te (CE) e segue agora para a Câmara dos Deputados.

Além de atrair mais investimentos para ampliar a produção, muitas cidades que ganham homenagens cívicas conseguem atrair mais turistas e movimentar o comércio. É o caso da cidade paulista

de Jundiaí. Entre os maiores produtores de uva niagra do Brasil, a cidade viu sua atividade turística aumentar de forma intensa. Em 2019, a Festa da Uva atraiu 200 mil visitantes e foi responsável por injetar mais de R\$ 14 milhões na economia do município.

OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO

Grande exportador de commodities, o Pará depende muito da infraestrutura de transportes para escoar sua produção. As condições de pavimentação da maioria das rodovias federais acaba sendo um gargalo que emperra o desenvolvimento do estado. Interessado em criar um ambiente que seja mais favorável a instalação de novos empreendimentos em território paraense, o senador Zequinha Marinho é um importante interlocutor do Pará em Brasília. De forma permanente, tem cobrado a aceleração de obras que criem uma logística mais competitiva e que seja mais atrativa para o setor produtivo.



Vantagem natural

O posicionamento geográfico do Pará assegura ao estado uma vantagem natural se comparado as demais localidades brasileiras. Por meio do Porto de Vila do Conde, no município de Barcarena, o estado é a porta de entrada da região amazônica para o Caribe, Estados Unidos, Europa e Ásia. Esses mercados podem ser facilmente acessados via marítima, apresentando um *transit time* (tempo necessário para movimentar produtos ou cargas fisicamente entre dois pontos distintos) bastante competitivo, especialmente pela proximidade com o Canal do Panamá.

Pedral do Lourenço

Lançado em 2011 pela Ação Pró-Amazônia, grupo que integra as Federações de Indústrias da Região Norte, o projeto Norte Competitivo é um importante documento que identifica os eixos integrados de maior vantagem competitiva para o transporte de mercadorias voltadas ao mercado interno, exportação e importação. Dentre os eixos priorizados, o documento revela a necessidade de fomentar a navegação pela hidrovia do Tocantins, escoando a produção do sul e sudeste do Pará pelo Porto de Vila do Conde. O problema é que, num trecho de 43km - entre a Ilha do Bogéa e Santa

Terezinha do Tauri, localidades do município de Itupiranga - existe uma formação rochosa, conhecida como Pedral do Lourenço, que impede a navegabilidade de embarcações e comboios.

Em 2016, o governo federal assinou a ordem de serviço com a empresa vencedora do processo de licitação, DTA Engenharia, para a elaboração dos estudos técnicos fundamentais para o projeto executivo da obra de derrocamento. Com um orçamento de R\$ 560 milhões, a previsão do governo era que a obra levasse cerca de 4 anos e 8 meses. Ocorre que problemas para a emissão da licença atrasaram o empreendimento.



Hidrovia do Tocantins

Para destravar a obra e garantir a navegabilidade da hidrovia do Tocantins, o senador Zequinha Marinho entrou em campo e tem conversado constantemente com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, para acelerar essa importante intervenção no estado. “O governo federal cometeu um erro. Deveria entregar tudo pronto para que a empresa que se habilitou no processo de licitação pudesse começar logo a obra. O problema é que no Brasil existe uma burocracia severa. Você tem as licenças prévia, de instalação e de operação. São três licenças numa só, o que é um dilema”, criticou o senador.

De acordo com o ministro Tarcísio, a necessidade dos estudos de complementação do EIA/RIMA foi o que atrasou o processo. Ainda assim, o governo tem dado prioridade a obra e anunciou que em 2020 deverá dar andamento de forma concomitante aos processos de licenciamento e de elaboração do projeto executivo da obra. “Seguiremos firmes em nosso compromisso de cobrar e lutar para que o Pará seja tratado de acordo com sua importância, conforme o seu tamanho, atendendo todo esse potencial que precisa urgentemente ser transformado em benefícios para a população paraense”, enfatizou Zequinha.

PRIORIDADE NA CONCESSÃO DAS BR-155 E 158

Não é de agora que o senador Zequinha Marinho cobra mais investimentos na pavimentação das BR-155 e 158, eixos fundamentais no transporte da produção de grãos. Desde quando estava deputado federal, esta já era uma questão levantada por Zequinha, que chamava a atenção para as condições precárias das rodovias. Para atender esse antigo pleito que é de todos os paraenses, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) decidiu incluir ambas as rodovias no grupo de prioridades nacionais do governo. A expectativa é que até o primeiro trimestre de 2020, seja desenvolvido o estudo de viabilidade para a concessão das duas vias.

“Com a concessão, finalmente teremos essas rodovias em condições dignas e seguras para o escoamento da produção de grãos e o transporte de pessoas na região. É o fim dos problemas das pontes da BR-158. Conhecidas como pontes assassinas, muitas pessoas já perderam a vida em razão da precariedade dessas pontes. E há muito lutávamos para que a União pudesse fazer algo para resolver esse problema.”

VANTAGEM COMPARATIVA DO PORTO DE VILA DO CONDE

ORIGEM	ROTTERDAM		XANGAI		MIAMI	
	KM	DIAS	KM	DIAS	KM	DIAS
Santos (SP)	10.043	15	24.068	39	8.725	14
Paranaguá (PR)	10.281	15	24.376	40	8.975	14
Vila do Conde (PA)	7.746	12	19.546	32	4.723	7

Transit time competitivo no comércio do Pará. Tabela Divulgação. Elaboração: InvestPara



UM PAÍS EM REFORMA

A última eleição, ocorrida em 2018, foi marcada por um dos maiores índices de renovação do Congresso Nacional desde a redemocratização. No Senado, das 54 vagas em disputa, 46 foram ocupadas por novos nomes, uma renovação de mais de 87%. Na Câmara dos Deputados, a taxa chegou a 52% dos parlamentares eleitos. E foi justamente esses novos parlamentares os responsáveis pelo processo de aperfeiçoamento e reforma da legislação como meio de conduzir o país a trilhar novamente o caminho do desenvolvimento.

“Foi um ano intenso e muito importante para que o Brasil retome o seu crescimento”, comentou o senador que destaca o papel do Congresso Nacional no processo para destravar a economia brasileira. “Algumas medidas, como a Reforma da Previdência, foram duras, porém necessárias. Nosso país ainda sofre com os reflexos da crise econômica e do então cenário de recessão. São mais de 12 milhões de pais e mães de família que esperam por uma oportunidade para retornarem ao mercado de trabalho. E o nosso papel é justamente assegurar a oportunidade a esses cidadãos brasileiros, garantindo uma vida mais digna e próspera”, enfatizou Zequinha.

Liberdade Econômica

De 190 países consultados pelo Banco Mundial no levantamento Doing Business, que mede o nível de burocracia, o Brasil ocupa a 124ª posição. O país fica atrás de Senegal (123ª), Uruguai (101ª), África do Sul (84ª), Índia

PRINCIPAIS MUDANÇAS DA MP



- Atividades de baixo risco, como a maioria dos pequenos comércios, não exigirão mais alvará de funcionamento;
- O e-Social, que unifica o envio de dados de trabalhadores e de empregadores, será substituído por um sistema mais simples, de informações digitais de obrigações previdenciárias e trabalhistas;
- Emissão de novas carteiras de Trabalho pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia ocorrerá “preferencialmente” em meio eletrônico;
- Documentos públicos digitalizados terão o mesmo valor jurídico e probatório do documento original;

(63ª) e Chile (59ª). Com o objetivo de colocar o Brasil entre os 50 países mais bem colocados nessa lista nos próximos três anos, o governo federal enviou para o Congresso Nacional a MP da Liberdade Econômica com uma série de dispositivos para reduzir a burocracia e facilitar o processo de abertura de empresas, principalmente de micro e pequeno porte.

O texto recebeu atenção dos congressistas, que votaram a matéria pretendendo que o ambiente de negócios no Brasil seja mais atrativo ao investidor. A intenção é que, nos próximos anos, surjam novas vagas de emprego com o destravamento da economia. Estudos da Secretaria de Política Econômica sugerem que, no prazo de dez anos, as inovações trazidas pela MP gerem 3,7 milhões de empregos e mais de 7% de crescimento da economia.

Reforma da Previdência

Com cerca da metade do Orçamento Geral da União sendo utilizado para cobrir o déficit previdenciário, o país viu o volume de recursos para saúde, educação, segurança e investimentos públicos no setor da infraestrutura reduzirem drasticamente nos últimos anos. Somente no acumulado dos 10 primeiros meses de 2019, o resultado da Seguridade Social ficou negativo em R\$ 241 bilhões, um recorde histórico.

Foi para conter esse déficit e sanear as contas do governo que o Congresso aprovou a PEC da Reforma da Previdência, modificando o Sistema de Previdência Social e estabelecendo regras de transição. Somente em 2020, o novo sistema de Previdência garantirá uma economia de quase R\$ 10 bilhões. Nos próximos dez anos, a estimativa é economizar R\$ 800 bilhões.



PACOTE ANTICRIME

O plenário do Senado aprovou, no final de 2019, o projeto de lei 6341/2019 que traz uma série de modificações na legislação penal e processual penal. Conhecido como Pacote Anticrime, a medida aperfeiçoa o combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à atuação de milícias privadas, aos crimes cometidos com violência ou grave ameaça e aos crimes hediondos. Também visa agilizar e modernizar a investigação criminal.

PRINCIPAIS ITENS



PENAS MAIORES: elevação das penas para crimes como homicídio com armas de fogo de uso restrito ou proibido, injúria em redes sociais, comércio ilegal de armas e tráfico internacional de armas. O tempo máximo de prisão no Brasil também passa de 30 para 40 anos.

PRISÃO APÓS CONDENAÇÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI: atualmente, o réu pode recorrer em liberdade mesmo depois de condenado. O pacote prevê a prisão logo depois da condenação nos casos em que a pena estipulada seja de pelo menos 15 anos.

CRIMES HEDIONDOS: os detentos condenados por crimes quando há violência e grande potencial ofensivo terão regras mais rigorosas para o cumprimento da pena, como restrição a saídas temporárias e à progressão de regime. O projeto também aumenta o número de crimes considerados hediondos, como roubo que resulta em lesão grave, furto com explosivo e homicídio cometido com arma de fogo de uso restrito.

PRESÍDIOS FEDERAIS: o tempo máximo de permanência de líderes de facções criminosas passa de 360 dias para 3 anos, com possibilidade de renovação.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO

1º ANO DO MANDATO

Nessa linha do tempo, destacamos algumas das principais agendas assumidas pelo senador como forma de defender o Pará e garantir melhores condições de vida aos paraenses.



Posse no Senado



Senador é eleito relator da Receita do Orçamento 2020



Senador Zequinha assume a coordenação da Bancada do Pará



Defende o pleito do setor florestal junto ao Ministro do Meio Ambiente



Reunião na residência oficial do Senado sobre Reforma Tributária



Votação da LOA 2020 no Congresso



Subcomissão de Belo Monte discute condicionantes com diretoria da Norte Energia



Pede ao Ministro da Infraestrutura agilidade nas obras de melhoria logística

FEV

MAR

ABR

MAI

JUN

JUL

AGO

SET

OUT

NOV

DEZ



Audiência com ministro Augusto Nardes do TCU sobre Lei Kandir



Defendendo os interesses do Pará em reunião com o Ministro do Desenvolvimento Regional



Assume presidência da CMMC



Bancada do Pará e Governador Helder Barbalho discutem sobre emendas



Audiência com o Vice-Presidente Hamilton Mourão - Romério Cunha_Vice-Presidência

